

AS FESTAS JUNINAS NO CALENDÁRIO DE LAZER DE JOVENS SURDOS NA CIDADE DE SÃO PAULO

*José Guilherme Cantor Magnani**
*César Augusto de Assis Silva***
*Jacqueline Moraes Teixeira****

Introdução

Para alguns estudiosos mais puristas, os festejos juninos, ao menos na forma em que são atualmente comemorados nas grandes cidades, dificilmente teriam lugar numa mesa sobre “Ritos, festas e comemorações”, dado o grau de comercialização e a profusão de estereótipos que os cercam. O que dizer então de uma modalidade em que os elementos característicos, a saber, a quadrilha e as músicas, se dão de maneira completamente distinta das formas tradicionais? Pois é o que ocorre no que chamamos de *circuito* de festas juninas de jovens surdos na cidade de São Paulo e o propósito deste artigo é estabelecer e explorar as relações e as formas de apropriação de alguns símbolos da festa por parte dos surdos, de modo que o texto transitará entre esses dois temas, um bastante conhecido e difundido e outro praticamente ausente em nossas reflexões.

Para os surdos que participam assiduamente das associações e das instituições de surdos na cidade de São Paulo, as festas juninas vão muito

* Professor do Departamento de Antropologia – USP. Coordenador do Núcleo de Antropologia Urbana da USP (NAU).

** Doutorando no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social – USP. Bolsista do CNPQ. Pesquisador do Núcleo de Antropologia Urbana da USP (NAU).

*** Graduada em Ciências Sociais pela FFLCH-USP. Bolsista em iniciação científica do CNPQ. Pesquisadora do Núcleo de Antropologia Urbana da USP (NAU).

além de um mero evento no calendário. Como se verá mais adiante, a organização e a realização das festas reúnem um número muito grande de pessoas que militam de alguma maneira no que poderíamos denominar *movimento social surdo*.¹ Cabe esclarecer que este recorte faz parte de uma pesquisa mais ampla do grupo Estudos da Comunidade Surda,² que reúne antropólogos e lingüistas da USP, cujo objetivo é produzir conhecimento sobre duas questões: (1) a gramática e o uso da língua brasileira de sinais (libras) e (2) as redes de sociabilidade que se constituem a partir de um ideal de pertencimento a uma comunidade surda na cidade de São Paulo. Esta segunda vertente está a cargo de pesquisadores do NAU – Núcleo de Antropologia Urbana da USP, que se dedicam a vários objetos de estudo, dentre os quais o lazer.

Para os pesquisadores do NAU que pesquisam diferentes formas de lazer na cidade, o estudo das festas não apenas é um recorte habitual, como também constitui uma via de acesso privilegiada para o entendimento das regras que estão na base de redes de sociabilidade. No caso específico das festas juninas dos surdos, o tema prometia novos desafios. As festas juninas, que despertam vivo interesse para aqueles que se denominam pertencentes à “comunidade surda”, propiciam um bom momento para observação e análise de uma particular forma de desfrute do lazer e de uma festividade amplamente difundida no país. Antes, porém, de retomarmos as etnografias realizadas em determinadas instituições para surdos e seguir as questões suscitadas por esse primeiro contato com o campo, faz-se necessário apresentar e desenvolver algumas questões prévias acerca da surdez.

Falta ou marca distintiva?

Primeiramente é necessário considerar que há uma série de termos que as pessoas utilizam para classificar a ausência da audição, dentre os quais os mais conhecidos são “deficiente auditivo”, “surdo” e “surdo-mudo”. A compreensão do que a surdez significa não é algo unívoco, estando

¹ O que denominamos movimento social surdo é a organização de alguns surdos por meio de associações, federações e manifestações públicas, visando a conquista de uma legislação específica para a surdez e uma representação legítima do que significa ser surdo.

² “Estudos da Comunidade Surda” – Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil – CNPQ.

diretamente relacionada à maneira como determinados saberes a compreendem. Na maioria das vezes a surdez é tratada como uma questão afeita à patologia – de ausência ou perda de uma capacidade natural a ser tratada com os instrumentos apropriados para corrigi-la, ou pelo menos, amenizá-la – ou ainda, como um sinal distintivo, capaz de agregar pessoas que se reconhecem de alguma forma, vinculadas entre si pelo fato de se comunicarem por uma mesma modalidade, a gestual-visual, que é diferente da modalidade predominante, a auditivo-oral. É nesses termos que entre os usuários da modalidade gestual-visual de comunicação, a noção de “comunidade surda” aparece. Assim, ainda que no senso comum as categorias “deficiente auditivo” e “surdo” sejam tomadas como sinônimos ou simplesmente como índices marcadores dos graus de surdez, elas apontam para campos de reflexão, atuação e atitudes diferentes. Se na área das ciências da saúde, esta condição é predominantemente encarada como uma *falta*, nas novas configurações das ciências humanas e sociais (lingüística, história, pedagogia, ciências cognitivas e da mente) a tendência é compreender a surdez sob o ângulo de uma *marca* distintiva, geradora de formas singulares de comunicação, relações, valores, práticas e comportamentos específicos. Todo esse conjunto de características aparece, nos textos de muitos dos autores das áreas destacadas acima, representadas pela idéia de cultura.³

Essa maneira distinta de compreender a surdez atravessa um campo de disciplinas diversas, abrangendo os mais diferentes atores (inclusive alguns surdos) e instituições voltadas para tratamento e ensino de surdos (políticas públicas, legislação, produção e comercialização de equipamentos etc.). Todos esses diferentes agentes que constituem – cada um a seu modo – as muitas vozes desse novo *movimento social*, buscam estabelecer para a surdez os significados e distinções necessárias para que se consiga legitimarem direitos e conquistar visibilidade nas políticas públicas.

Se voltarmos para o campo no qual a surdez é entendida como patologia, veremos que a leitura que se faz é a seguinte: população surda é o conjunto de pessoas portadoras de uma disfunção biológica específica,

³ Para marcar ainda mais a diferença, alguns pesquisadores, seguindo uma tradição de estudiosos norte-americanos pesquisadores da surdez, sugerem grafar “surdo” com a primeira letra em caixa alta – Surdo – quando se quer referir não aos aspectos audiológicos, mas aos culturais ou políticos da condição de surdez.

que sofrem a ausência ou perda da função auditiva, classificada de acordo com o grau da afecção (profunda, severa, moderada, leve, progressiva, lateral, pré-lingüística etc.). Nesse caso, o grupo se constitui enquanto um conjunto de pacientes que são objeto de tratamento e estratégias específicas. Já no campo das ciências humanas e sociais, o grupo de referência é constituído com base nas distinções e particularidades trazidas pela comunicação por meio do uso de uma linguagem gestual. A surdez que outrora fora denotada pela ausência de uma “normalidade” física nos indivíduos diagnosticados como “surdos” e “deficientes auditivos”, passa agora a ser significada pelo que ela tem e traz de particularidade para aqueles que a apresentam. Nesse campo os termos habitualmente utilizados para diferenciar os surdos dos ouvintes são “comunidade surda”, “cultura surda”, “mundo surdo”, “minorias lingüísticas”, “identidade surda” etc.

Atualmente, entre as áreas das ciências humanas e sociais, a lingüística e a pedagogia destacam-se por serem as áreas que mais produzem pesquisas acerca da surdez. Tal constatação se dá pelo fato de o tema da língua de sinais ter se tornado fundamental para a discussão das formas de comunicação e sua utilização na educação de surdos. Deixando de lado a antigüidade clássica e as referências a esse tema encontradas até mesmo nos diálogos de Platão, verifica-se posteriormente que, já no século XVIII, importantes filósofos, dentre os quais destacam-se Diderot e Rousseau, produziram textos discutindo as particularidades cognitivas que uma comunicação gestual poderia trazer, textos nos quais pequenas instituições de educação para surdos são citadas como exemplo. Na França, o abade Charles M. de l' Epée foi o criador da primeira escola pública a desenvolver uma didática específica para alunos surdos. Nessa escola, os conteúdos eram ensinados a partir da utilização de uma linguagem gestual. Ainda naquele século, em 1760, o mesmo abade estabeleceu as bases para um processo de reconhecimento, elaboração e aperfeiçoamento da modalidade gestual-visual de comunicação. Seus experimentos pedagógicos motivaram o surgimento, em várias regiões da Europa e dos Estados Unidos, de outras escolas especiais que também utilizavam uma espécie de “língua de sinais” para ensinar seus alunos.

A bibliografia sobre esse período afirma que o processo de educação de surdos por meio das línguas de sinais foi formalmente interrompido em 1880 com a realização do Congresso de Milão: um congresso que

tratou sobretudo de educação e de linguagem, no qual foram prescritas diretrizes que proibiam qualquer comunicação por meio de sinais. De acordo com alguns autores que tratam do tema (SACKS, 2002; LANE, 1984), esse congresso reuniu educadores do mundo todo e nele se definiu que a educação de surdos deveria ser oralista. Para esses autores, a decisão final do Congresso se propagou rapidamente pelo mundo porque contou com a influência de um oralista célebre na época, Alexander Graham Bell. Assim, podemos dizer que, desde o século XIX, o tema da surdez divide os especialistas entre *oralistas*, que submetem os surdos a longos exercícios articulatórios com o objetivo de torná-los usuários de uma língua oral, e *sinalistas*, que acreditam que os surdos se comunicam mais eficientemente por meio de uma linguagem gestual. Não há como retomar aqui os meandros dessa história com todos os seus agentes, interlocutores, embates e conseqüências. Contudo, o que se pode afirmar é que a decisão instituída no Congresso de Milão paralisou, pelo menos na esfera dos direitos, todo um processo de formação e reconhecimento de uma língua de sinais iniciado há mais de um século.

No campo dos estudos lingüísticos, é com o trabalho de Stokoe (1960) e sua análise da *American Sign Language* (ASL) que, pela primeira vez, a língua de sinais deixa de ser vista como pantomima – conjunto de gestos ou mímica – para ser analisada como uma língua natural, com uma gramática específica e com todas as suas partes constitutivas: fonologia, morfologia, sintaxe e semântica. Atualmente, em virtude de novas pesquisas (KLIMA e BELLUGI, 1979; LIDDELL e JOHNSON, 1989; LIDDELL, 2003 etc.) já não há dúvidas por parte dos lingüistas sobre o fato de os surdos possuírem a língua de sinais como língua natural. Esses estudos têm contribuído significativamente para que inúmeros países desenvolvam políticas de reconhecimento das diferentes línguas de sinais. No caso do Brasil, a libras foi reconhecida com língua oficial dos surdos por meio da Lei Federal 10.436 de 24/04/2002 regulamentada pelo Decreto Federal 5.626 de 22/12/2005.

Um dos pressupostos lingüísticos para a definição de qualquer língua natural é que esta emerge e se desenvolve espontaneamente no seio de uma comunidade de falantes. Se transferirmos tal suposição para o exemplo da surdez, mais especificamente, para o exemplo dos surdos da cidade de São Paulo, a pergunta que surge é a seguinte: no caso desses

surdos, é possível falar em comunidade? A categoria “comunidade” aparece freqüentemente nos textos e nos discursos dos surdos, bem como em grande parte dos estudiosos que se ocupam da questão. O fato é que se pensarmos em “comunidade” nos termos dos significados clássicos a ela atribuídos e se relacionarmos esta mesma palavra à realidade vivida pelos surdos, nos deparamos com uma primeira particularidade, a saber, a ausência de um território contíguo. Pois, com exceção da ilha Marta’s Vineyard, em Manhattan (EUA), não se conhece uma base territorial – ilha, país, aldeia, bairro – só de surdos, de forma a assegurar a necessária continuidade e co-presença de falantes nativos.⁴ Assim, podemos afirmar que o modo como os surdos na cidade de São Paulo se utilizam de um pressuposto lingüístico para construir uma noção de “comunidade surda” se dá a partir da trocas de códigos lingüísticos e, se é possível atribuir alguma referência territorial a esta “comunidade”, tal atribuição ocorre por meio da apropriação de determinados espaços na cidade, como os que serão apresentados mais adiante.

A idéia de tecer um percurso analítico pelas redes de sociabilidade que conformam a “comunidade surda” nos conduz a um percurso intenso por alguns textos da Antropologia, posto que este seja um tema clássico de sua reflexão.⁵ Aliás, a própria língua de sinais já fora objeto de interesse nos primórdios da disciplina, como se pode comprovar no trabalho de Tylor (1870), interesse que certamente foi prejudicado pela desvaloriza-

4 “Devido a uma mutação, um gene recessivo posto em ação pela endogamia, uma forma de surdez hereditária vingou por 250 anos na ilha de Marta’s Vineyard, em Manhattan, a partir da chegada dos primeiros colonizadores surdos na década de 1680. Em meados do século XIX quase não havia famílias na porção norte da ilha que não fossem afetadas e em alguns povoados (Chilmark, West Tisbury) a incidência de surdez aumentara para uma em quatro pessoas. Em resposta a esta situação, toda a comunidade aprendeu a língua de sinais, havendo livre comunicação entre ouvintes e surdos. De fato, estes quase nunca eram vistos como ‘surdos’ e certamente não eram considerados de modo algum ‘deficientes’” (SACKS, 2002, p. 45).

5 Como prova de que essa rede de interações não só é necessária, mas realmente é efetiva na formação da língua de sinais, cita-se o caso da Nicarágua: até a revolução sandinista, não havia no país uma só escola especial para surdos, para os quais não restava senão a comunicação utilizada no interior das famílias, limitada e restrita à esfera doméstica. Em 1979 as autoridades convidaram a lingüista norte-americana Judy Kegl para implantar escolas especiais para surdos e o resultado é que estes, reunidos e convivendo, deram início a um verdadeiro processo de “invenção” de uma língua em sentido próprio, a “LSN”, ou Lengua de Señas Nicaraguense, a partir dos sinais caseiros, mas organizados numa estrutura gramatical reconhecível.

ção oficial e formal das línguas de sinais pelo processo desencadeado por parte do já citado Congresso de Milão.⁶

Como a bibliografia sobre surdez sugere, as escolas especiais para surdos têm um papel fundamental para estabelecer as conexões que permitiram a emergência de línguas de sinais distintas em diferentes países. Ainda que a educação de surdos desde o final do século XIX até meados dos anos 1980 tenha sido, sobretudo, oralista, foi nos interstícios do poder disciplinar pedagógico representado pelos pátios, banheiros e dormitórios das instituições de ensino que os falantes das línguas de sinais se encontravam, criavam códigos e significados. No Brasil, o surgimento das libras está ligado à vinda para o Rio de Janeiro de um educador surdo, o francês H Ernest Huet que, a convite de Dom Pedro II, fundou em 1857 o Imperial Instituto de Surdos Mudos, hoje denominado Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Esta escola, que funcionava em regime de internato, recebeu crianças surdas de várias regiões do Brasil, o que contribuiu para a proliferação e, em certo sentido, para a homogeneização dessa forma de comunicação no país. Segundo os estudiosos da língua brasileira de sinais, é por conta dessa história que a libras guarda algumas similaridades com a língua de sinais francesa.

Relatando as festas nos “pedaços” dos surdos

As incursões etnográficas nas festas juninas de surdos na cidade de São Paulo vêm sendo realizadas pelo NAU anualmente desde o ano de 2002, que representa o início de nossa etnografia nesse campo multidisciplinar de estudo. Tal experiência, por ser a primeira, suscitou uma série de questões, dentre as quais a de avaliar as condições de realização da pesquisa etnográfica num campo temático novo sob a ótica do lazer e da sociabilidade, recorte previamente escolhido para direcionar a observação. Outra questão consistia em saber se seria possível conduzir um “olhar de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002) ainda sem qualquer competência no manejo da língua nativa, a libras, e sem conhecimento

⁶ Citado por Sacks (2002, p. 87). Cabe lembrar ainda o interesse despertado por relatos como o de Kaspar Hauser, de Anselm von Feuerbach, publicado em 1832, (SACKS, 2002, p. 64) sobre a questão da ausência de aquisição de linguagem.

do que se convencionou chamar de “cultura surda”. Esse mesmo desconhecimento, entretanto, propiciou uma das condições clássicas de realização da pesquisa etnográfica, que é o estranhamento. Para quem é introduzido pela primeira vez num meio que lhe é estranho, tudo é significativo, nada pode ser previamente hierarquizado numa escala de valores entre o insignificante e o relevante, tudo é digno de observação e registro. Com o tempo, esta condição vai cedendo lugar a uma maior familiaridade com o meio, situação que apresenta ganhos (e perdas) específicos, já em outras etapas da pesquisa.

Esta era a condição em que nos encontrávamos naquele momento e agora, mais familiarizados com a libras e com os discursos que permeiam as relações nesses ambientes, podemos revisitar os relatos das primeiras idas a campo: trata-se de um exercício que visa ressaltar o que já se tornou, de certa forma, muito próximo.

Inicialmente, cabe uma apresentação das características comuns dos quatro espaços observados pela primeira vez em 2002: Associação para Deficientes da Áudio Visão – ADEFAV, localizada no Cambuci; Divisão de Educação e Reabilitação de Distúrbios da Comunicação – DERDIC, localizada na Vila Clementino; Instituto Santa Teresinha, localizado na Saúde e EMEE Helen Keller, localizada na Aclimação.

Todas as festas foram promovidas por instituições *para* surdos e não *de* surdos. Duas delas, ADEFAV e DERDIC, são instituições voltadas para a capacitação e reabilitação: a primeira, fundada em 1983, trabalha com surdocegos⁷ e multideficientes; a segunda, vinculada à PUC-SP, foi fundada em 1954, é especializada em atendimento clínico para distúrbios da audição, voz e linguagem, e também é uma escola especial de educação infantil e ensino fundamental para crianças surdas. A terceira instituição, o Instituto Santa Terezinha, é a primeira escola especial para crianças surdas de São Paulo. Fundada em 1929, na cidade de Campinas, por freiras da Congregação Nossa Senhora do Calvário, foi transferida para a cida-

⁷ Especialistas da combinação surdez/cegueira recentemente têm afirmado que a maneira correta de grafar surdo-cego é surdocego (sem o hífen). Justificam essa mudança afirmando que a associação dessas duas “deficiências” cria experiências e necessidades muito específicas que diferem da experiência do surdo e do cego. Por essa razão, neste artigo adotamos o termo sem o hífen.

de de São Paulo em 1933; esta escola é parte de um amplo circuito de escolas especiais católicas para surdos fundadas em diversas cidades brasileiras ao longo do século XX. Por fim, a EMEE Helen Keller que é a primeira escola municipal para crianças surdas da cidade de São Paulo. A escola foi fundada em 1952 por iniciativa de um capitão de exército que era pai de três crianças surdas. Em 1956, foi transferida para o bairro da Aclimação, com o nome de Instituto Municipal de Surdos-Mudos. Em março de 1969, o Instituto passa a ter o nome de Helen Keller. Em 1976, com a criação da Lei n. 84389, que organiza a Educação de Deficientes Auditivos no Ensino Municipal, a escola passou a chamar-se Escola Municipal de Ensino de Deficientes Auditivos Helen Keller.

Todos os eventos etnografados no ano de 2002 nas instituições citadas acima eram festas juninas, inserindo-se, dessa forma, neste ciclo festivo de ampla difusão, tanto em grandes centros como em cidades pequenas e ambientes rurais do país. Tais festas representam, como se sabe, um “roteiro” básico, equipamentos e performances já estabelecidos: barraquinhas para venda de comidas e bebidas típicas, uso de roupas e adereços para caracterizar personagens “caipiras”, além de brincadeiras e folguedos como a quadrilha. A música, portanto, é elemento constitutivo nas festas juninas e, se pode parecer alheia e despropositada numa festa para surdos, ainda assim é parte estruturante desse tipo específico de comemoração. Nas associações e escolas para surdos, as festas juninas também são freqüentadas por ouvintes – pais, parentes, amigos, profissionais, pesquisadores e religiosos – o que nos permite afirmar que esses eventos constituem, como qualquer outro ritual festivo, pontos de encontro mais amplos, colocando em contato diversas categorias de pessoas em espaços alargados de relações de trocas.

O ambiente geral das quatro festas juninas pesquisadas – a exemplo do que acontece nas demais festas juninas – eram de muita animação. Porém, no caso das festas em instituições voltadas para pessoas surdas, havia um elemento que chamava a atenção: o público-alvo da festa parecia mais importante que a inserção espacial. Enquanto as festas juninas de bairro ou escola geralmente congregam pessoas ligadas por vínculos de proximidade territorial ou institucional, observamos que, nas dos surdos, a presença se dá em função da condição de surdos que unifica a todos sob a idéia de “comunidade surda”. Em 2002 conhecemos, nas festas, surdos que vinham de várias cidades do Brasil especialmente para participar das

festividades. Verificamos, já naquele pouco tempo de convívio, vários rostos que se repetiam em quase todas as festas, como se houvesse um calendário anual estruturado no qual surdos e ouvintes ligados a esse círculo de relações conhecessem e freqüentassem, sem qualquer preocupação com a distância ou a instituição. Em todos os festejos etnografados nesse período os surdos eram mais numerosos, comunicavam-se em sua língua, exibiam seus estilos e posturas corporais características. Os ouvintes eram – fato raro – minoria e atuavam no papel de coadjuvantes.

Essas festas, conquanto constituam momentos de celebração e encontro de pessoas surdas na condição específica de surdos, permitem encontros e trocas entre elas apesar dos muitos traços sociais que as diferenciam, sejam eles, classe social, escolaridade, origem, local de moradia e vizinhança, trajetória profissional, idade, percursos religiosos etc., diferenças que são apreciadas e evidenciadas nas relações. Apesar da condição de igualdade trazida pela idéia de “comunidade surda”, a emergência de diferenças abre espaço para o afloramento de atritos e divergências entre os freqüentadores.

A festa junina da ADEFAV foi realizada no final da tarde do dia 8 de junho de 2002, na rua em frente à sede da instituição. Em torno do número 253 da Rua Lacerda Franco, distribuíam-se as barracas, as mesas e cadeiras e o pequeno palco. De certa forma o espaço assim constituído era uma extensão das dependências da associação, a qual servia de retaguarda e oferecia a infra-estrutura básica para a festa: depósito, banheiro, cozinha, refúgio, camarins etc. Como a instituição atende, além de surdocegos, crianças multideficientes, essa proximidade garantia o fornecimento de cuidados extras para seu público específico. A festa lembrava a situação descrita no texto “Quando a rua vira casa”,⁸ ou, colocando de outra perspectiva, mostrava a casa crescendo, incluindo o espaço da rua. O fechamento de uma ou várias vias públicas é uma estratégia bastante comum em comemorações de bairro, incluindo até experiências mais amplas, como as conhecidas “feiras de vila” (Vila Pompéia, Vila Madalena e outras). Desta forma a rua, no contexto da grande metrópole, em deter-

⁸ Ver Dos Santos et alii, 1978, Finep/Ibam, São Paulo, 1985

minadas ocasiões, é novamente apropriada pelos moradores de forma integral, podendo-se andar por ela sem perigo, desfilar, apreciar, exhibir-se, ir de um canto para outro, ampliando as redes de sociabilidade.

Uma experiência singular foi o contato com uma moça surdocega que atua na ADEFVAV. Logo que chegamos, chamou-nos a atenção sua forma distinta de comunicação, pois ela conversava com outro surdocego por meio da “libras tátil”. Imediatamente pedimos a uma diretora da instituição para conversar com ela, no que fomos prontamente atendidos. A experiência foi marcante, e sugeriu-nos uma série de desdobramentos. A modalidade de comunicação utilizada pela jovem surdocega em interlocução com ouvintes-falantes é denominada “tadoma”, pois é obtida pela vibração dos órgãos fono-articulatórios. Foi desenvolvido pela professora de duas crianças, Tad e Omã (daí a denominação) que ficaram surdocegas em decorrência da síndrome de Usher, tipo de surdez congênita seguida ou não de perda de visão a qual ocorre, geralmente, em idade mais avançada. O “tadoma” também foi utilizado por Helen Keller para se comunicar em inglês quando veio ao Brasil em 1953, pois era surda e ainda na adolescência ficou cega. Trata-se de uma forma de comunicação na qual a pessoa surdocega, por meio do tato, decodifica a fala de seu interlocutor, colocando a mão no rosto de quem fala de forma que o polegar toque, suavemente, seu lábio inferior e os outros dedos sintam a vibração das cordas vocais. Essa jovem com quem conversamos na ocasião é uma das poucas pessoas surdocegas que se comunica por meio da utilização do “tadoma”. Como geralmente os portadores da síndrome de Usher ficam primeiramente surdos, a grande maioria utiliza a libras e, com o advento da cegueira, continua a utilizá-la como sua língua, mas não de maneira visual, desenvolvendo, então, como modo de comunicação, a “libras tátil”. Nesta modalidade de comunicação, tocar-se mutuamente as mãos em movimento, nas configurações específicas de libras, é o único modo de sentir e entender os sinais.

A jovem que conhecemos na festa junina da ADEFVAV contou-nos brevemente a história de sua vida. Relatou que primeiramente, quando ainda tinha seis anos, ficou surda e passou se comunicar por meio de leitura labial. Mais tarde, por volta dos dezesseis anos, tornou-se também cega, o que a impediu de se comunicar, pois não conhecia nenhum outro meio para a recepção de informação. Certo dia ela tocou com seus dedos

a proximidade dos lábios dos interlocutores, pedindo para que eles falassem com ela. A partir daquele momento ela passou a desenvolver a percepção do que era dito pelos outros por meio dos dedos, desenvolvendo o “tadoma”. Na festa, cada pessoa de seu círculo de amizades que se aproximava da jovem surdacega para conversar a tocava de uma determinada maneira – em determinado ponto do corpo, repetindo ou não o toque – para que ela pudesse identificar prontamente quem havia chegado e quem queria conversar com ela.

A festa junina na ADEFAV nos propiciou um primeiro contato e informações sobre as diversas formas de comunicação associadas à surdez e à cegueira utilizadas pelos frequentadores da instituição, a saber, leitura labial, tadoma, libras tátil, alfabeto riscado na mão, braille etc. Ademais, especialistas nos relataram sobre a dificuldade em assistir a um indivíduo surdo que está se tornando cego em decorrência da Síndrome de Usher. Os profissionais ali presentes nos relataram também a necessidade constante de guias e de intérprete-guias para os surdocegos. Dos muitos jovens surdocegos que conhecemos naquele dia, não encontramos quase nenhum deles nas outras festas etnografadas, com exceção da jovem que se comunicava por meio do “tadoma”, a quem voltamos a encontrar na festa seguinte, no Instituto Santa Teresinha.

A festa no Instituto Santa Terezinha foi realizada no dia 15 de junho de 2002, das 16 às 22 horas, na Rua Jaguari, 364. Certamente, podemos dizer que de todas as festas, esta foi a mais marcante. Em contraste com o clima mais tranquilo e familiar da festa da ADEFAV, no Instituto Santa Terezinha o ambiente era agitado, as pessoas estavam bastante animadas e realmente havia muita gente, muito provavelmente estavam no local em torno de dois mil participantes, sendo que a maioria era constituída por pessoas surdas. A quadra da escola e as dependências contíguas estavam apinhadas de gente, todos se acotovelando diante das barraquinhas de bebidas, de comidas típicas e nas filas para comprar fichas. Os ônibus estacionados nas imediações atestavam que tinha vindo gente de outras cidades, até de outros Estados. Durante a festa, alguns comentavam que havia inclusive pessoas de outros países da América Latina. Tivemos a sensação de estar entrando numa “comunidade em festa”, numa aldeia em efervescência: nunca tínhamos visto tantos surdos juntos, e essa densidade permitiu percepções vívidas e ricas de suas formas de sociabilidade e de suas particularidades.

Como estrangeiros, caminhávamos no meio deles apreciando as rodinhas de conversa, os grupos de amigos, os casais, os diálogos e agilidade dos sinais; pelo fato de naquele momento não dominarmos a libras, não nos prendemos a nenhum grupo, nem procuramos decifrar o que diziam; interessava-nos tão somente fazer uma imersão naquele ambiente novo, cujo código básico de comunicação nos era estranho. O ambiente recém descoberto nos colocou uma série de questões: quais eram as regras de etiqueta nesse meio? É considerado falta de educação olhar a conversa dos outros à distância? Pode-se passar no meio de uma roda de conversa? Como pedir desculpas por um esbarrão? Solenemente ignorados por todos, restavam-nos outros códigos e outros planos de observação, sendo obrigados a apurar o olhar, já que os significados não podiam provir por intermédio do som. São raros esses momentos na experiência etnográfica: a prática mostra que aos poucos se vai adentrando no universo do outro, que acaba perdendo essa capacidade de se maravilhar e termina tornando-se familiar ao observador.⁹

Em vários momentos da festa subimos os degraus da arquibancada que fica diante da quadra onde todos permaneciam e, lá de cima, avistamos o que para nós tornou-se um espetáculo realmente inusitado: uma disparidade entre a multidão e o barulho de vozes que provavelmente se ouviria se fosse uma festa de ouvintes; em contraste, havia um fervilhar de mãos numa espécie de frenética pantomima. Em termos plásticos e coreográficos o espetáculo era realmente impressionante, e nos perguntamos se o efeito do barulho, das conversas e da música no último volume sobre um ouvinte seria da mesma ordem, em termos até de uma experiência extática, que o efeito produzido pelo “mar de mãos”, sobre uma pessoa surda.¹⁰

No Instituto entramos em contato com várias publicações sobre o assunto, ganhamos um exemplar da revista *Sentidos – a inclusão social com alto astral*, que trazia reportagens sobre a inclusão dos ditos “deficientes”.

⁹ Ver a propósito, Magnani (1997).

¹⁰ Em estudos clássicos sobre estados de êxtase e possessão discute-se o papel da música, do ritmo, dos cânticos, louvações etc. sobre a produção de estados alterados de consciência. É de perguntar-se que situação poderia produzir efeito similar numa pessoa surda: a profusão e intensidade dos sinais? As cores? A vibração sentida pelo corpo como um todo, como um receptor mais amplo e genérico?

Recebemos também diversos prospectos e explicações sobre as vantagens de determinada marca de aparelho telefônico para surdos, folhetos que falavam sobre associação de surdos, sobre a necessidade de intérpretes de libras para escolas e faculdades, enfim, vimos o quanto aquele espaço de lazer se constituía dos símbolos necessários para se construir, mesmo que momentaneamente, um território surdo e uma unidade expressa na idéia de “comunidade surda”. Nesse momento de nossa pesquisa, nosso olhar ainda não estava apurado para perceber uma série de nuances que seriam percebidas em visitas posteriores a essa instituição.

A festa na DERDIC ocorreu em 22 de junho de 2002, na Rua Dra. Neyde Aparecida Sollito, número 435. Apesar de termos chegado quase no fim da festa, ainda conseguimos comprar algumas cervejas para entrar no clima e poder circular à vontade. Deparamo-nos ali com algumas pessoas que já havíamos encontrado nas outras duas festas. Conhecer e estabelecer relações com elas foi fundamental para nós, pois, a partir desse contato fomos apresentados a outras, de modo que nos permitiu acessar uma rede formada por aqueles que exercem funções de liderança na “comunidade surda”. A semelhança que verificamos entre essa festa e as outras era que, mesmo com um número menor de participantes, os grupos remanescentes manifestavam o mesmo padrão de intensidade de comunicação entre si. Uma particularidade que podemos ressaltar acerca da festa na DERDIC em relação à realizada no Instituto Santa Terezinha diz respeito ao público. Na DERDIC era mais visível a presença de familiares acompanhando os alunos; também era muito mais visível a quantidade de crianças. Numa das dependências da escola, contígua à quadra de esportes, acontecia um bingo. Esta atividade reuniu inúmeros surdos mais idosos e pais de surdos. As cartelas eram “cantadas” ao mesmo tempo em libras e em português, o que permitia a participação de todos os presentes e evitava maiores constrangimentos. Na DERDIC também fomos surpreendidos por alguns informativos e panfletos com textos específicos sobre surdez, sobre educação de crianças surdas e sobre cursos de capacitação para inclusão de pessoas surdas no mercado de trabalho. Todas as programações e cursos oferecidos pela DERDIC são divulgados pelo site da própria instituição¹¹ e também podem ser encontrados nos boletins in-

¹¹ <http://www.derdic.org.br/>

formativos e no site da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

A festa na Escola Municipal de Educação Especial Hellen Keller (situada na Rua Pedra Azul, número 314) ocorreu no dia 29 de junho de 2002. A escola possui um prédio grande, bem iluminado e bem conservado, localizado ao lado de um parque repleto de árvores e flores, que é utilizado regularmente pela instituição para a realização de aulas temáticas (algo que, em se tratando de São Paulo, constitui-lhe um privilégio se comparada com outras instituições públicas de ensino localizadas na mesma região). Com relação à festa junina realizada na escola, o primeiro traço que podemos ressaltar é o seguinte: de maneira análoga ao que encontramos no Instituto Santa Teresinha, na Hellen Keller também havia muita gente, muita animação e a circulação de pessoas era intensa. Na quadra poliesportiva acontecia uma partida de futebol na qual pudemos apreciar a já comentada disposição física e envolvimento dos surdos com o esporte. Outra brincadeira comum às festas juninas – que consiste em prender alguém numa cadeia da qual só se sai mediante algum tipo de pagamento – também era acompanhada com muito entusiasmo e vigor físico por parte dos participantes. Em uma sala ao lado, já nas dependências da escola, havia computadores que passavam um documentário biográfico relativo à personalidade histórica que nomeia a escola, Hellen Keller. Na mesma sala também passava um vídeo com noticiário feito pelos surdos e destinado à “comunidade surda” em geral, produzido na própria escola. No documentário, todos os diálogos e entrevistas eram em libras e não havia nenhuma legenda em português, o que confirmava ainda mais a impressão inicial que tivemos de que os receptores fundamentais deveriam ser os próprios surdos, ou os falantes da libras.

Nessa festa encontramos ainda algumas pessoas que já conhecíamos. Porém, era evidente que, por se tratar de uma escola pública, a diversidade de frequentadores era muito maior. Havia, a exemplo das festas na DERDIC e na ADEFAV, um número muito grande de crianças e de familiares dos alunos. Lá não tivemos tanto contato com panfletos e informativos sobre as novas discussões a respeito da surdez, pois as informações apareciam em cartazes espalhados pelos murais da escola, de modo que pareceu-nos que naquela festa a divulgação das problemáticas levam-

tadas pelos surdos circulava de forma mais implícita, se comparada com as demais festas.¹²

Das observações e impressões obtidas no decorrer do trabalho de campo nessas festas, algumas considerações gerais, pistas e perguntas para futuras incursões foram anotadas. Em primeiro lugar, nos chamou à atenção a faixa etária dos participantes: as festas eram freqüentadas por jovens surdos que tinham aproximadamente entre catorze e trinta anos. Deve-se perguntar se esta predominância ocorre devido ao fato de estas festas acontecerem em ambientes escolares, o que facilitaria a participação de surdos em idade escolar e dificultaria a ida de surdos mais velhos. Ou mesmo se os surdos de outras faixas etárias ofereceriam maior resistência à participação em eventos públicos. O caminho para responder tal indagação seria investigar se em outros eventos – religiosos, de ensino, culturais, políticos etc. – mantém-se essa predominância juvenil. A segunda indagação que surgiu faz referência a outro aspecto observado nas quatro festas, a saber, o uso fluente da libras nas rodas de conversa e nas discussões. Se historicamente a educação de surdos foi *oralista*, qual seria então a relação entre habilidade de se comunicar em libras e a variável *geração*?

Outra questão ainda a ser investigada diz respeito à relação entre a idéia nativa de unidade representada pela noção de “comunidade surda” e as diferentes trajetórias que encontramos, todas elas repletas de distinções como origem familiar, classe social, local de moradia, gênero, orientação sexual etc. Haveria, por exemplo, alguma relação entre desempenho em libras e nível de renda e/ou escolaridade? Vimos que a maioria dos surdos que nos apresentavam suas pautas de reivindicações e que possuíam cargos nas instituições e associações de surdos tinha um nível de escolaridade elevado. Este ponto nos direciona para a questão apresentada acima sobre a relação entre sociabilidade e a libras. Colocando-a em outros termos, podemos indagar se pessoas surdas de classes sociais mais

¹² O emee Helen Keller não possui nenhum site, porém algumas informações sobre a escola podem ser encontradas em uma reportagem divulgada no site da ong Educare, disponível em: http://www.educarede.org.br/educa/revista_educarede/especiais.cfm?id_especial=96

altas – que aparentemente detém o “monopólio” da representação legítima do que significa ser surdo em associações e federações de surdos – deteriam também uma espécie de monopólio sobre a língua de sinais que estaria se tornando legítima em todo o território nacional. Deste modo, qual seria o grau de generalidade e abrangência da língua de sinais usada por pessoas de classes mais pobres? Não poderia restringir-se a uma espécie de “dialeto de periferia”? Qual seria a relação entre habilidade em língua de sinais e o fato de a pessoa ter tido uma educação oralista? Evidentemente, estas são questões também pertinentes em outras áreas do conhecimento, como é o caso da sociolinguística. Para a antropologia, o lazer representado nesse texto pelas festas juninas é um recorte que permite desdobramentos para abordagens que vão muito além do âmbito de uma pesquisa especificamente voltada para festas e momentos de lazer, abrangendo também a amplitude do campo de trocas e experiências a que os surdos, em seus diferentes graus, modalidades, nuances, têm acesso.

Foi possível notar nas festas de forma mais marcante a presença de grupos familiares na ADEFAP, na Escola Helen Keller e na DERDIC. No Instituto Santa Teresinha, que podemos classificar de ambiente mais cosmopolita, predominavam grupos de jovens, apesar de observarmos a presença de alguns poucos grupos de surdos na terceira idade. Assim, se as festas juninas constituem parte importante do calendário anual da “comunidade surda”, o Instituto Santa Teresinha parece se destacar devido à sua amplitude e ao grande número de participantes. Mesmo que a festa nessa instituição também seja apropriada por alguns participantes como um local de reencontro de ex-alunos, essa apropriação se dá fundamentalmente como um espaço de sociabilidade freqüentado por pessoas de lugares diferentes, de modo a fortalecer o ideal de “comunidade” e a transformar todo o espaço ocupado pela escola em território surdo.

Na época em que realizamos a etnografia descrita neste texto – tempo marcado pelo nosso completo desconhecimento das muitas nuances com as seríamos familiarizados só posteriormente – observamos nas festas a presença de intérpretes de libras. Já naquela época atentamos para o fato de eles representarem um segmento importante no universo dos surdos. Pois há menção aos intérpretes, na condição de agentes mediadores, em grande parte das leis de acessibilidade e comunicação conquistadas pelos surdos. Tal observação suscitou-nos alguns questionamentos. Qual

seria a participação dos intérpretes nesse tipo de evento? Estariam eles participando de uma festa que, de certa maneira, também seria deles? Quais seriam as redes e os espaços de lazer e encontro freqüentados por esses intérpretes?

Constatamos também, em nossa etnografia, a presença de música em todas as festas juninas de surdos. Contudo, nas festas realizadas nos anos seguintes, a presença da música passou a ser objeto de polêmica. Determinados atores passaram a se perguntar se seria válido ou conveniente a presença de um elemento que evoca uma diferença fundamental – que aponta para um “grande divisor” – entre os que ouvem e os que não ouvem. Não seria a música politicamente incorreta num contexto em que se procura justamente consolidar a especificidade desse grupo minoritário, que é a comunicação visual? Ou, ao contrário, sua presença não poderia trazer à tona outras mediações, facetas e passagens entre aqueles dois pólos? Certamente esse tipo de polêmica nos permite afirmar que o crescimento de um debate político sobre a surdez e o fortalecimento de uma noção de “comunidade surda” e de “cultura surda”, tem transformado as festas juninas *para* surdos em festas juninas *de* surdos.

Essa incursão a campo nos mostrou, de forma viva e convincente, a existência de um segmento diferenciado, que na época ainda era pouco conhecido por nós, e a presença de um mecanismo particular de elaboração simbólica e de comunicação, a libras. De todos os desdobramentos suscitados por esse exercício etnográfico, uma questão a aprofundar diz respeito à noção de “cultura surda” e aos mecanismos utilizados pelos agentes para a produção de seus significados. Ainda se faz necessário conhecer os contextos, as razões, os meios e os objetivos associados ao uso da categoria “cultura surda” por parte dos agentes para caracterizar as especificidades e diferenças dos surdos em relação aos ouvintes. Quanto a libras, ainda é necessário inventariar o processo histórico que garantiu seu reconhecimento jurídico como língua natural dos surdos no Brasil.

Tais indagações, evidentemente, são mais gerais e transcendem a etnografia nos espaços de lazer. Elas apontam para questões que envolvem outros recortes empíricos e uma reflexão mais teórica que permita uma compreensão aprofundada da pesquisa de campo. O que o plano empírico de observação já revelou é a existência de um núcleo politicamente consistente, formado por alguns surdos que utilizam a libras como

língua. As festas aparecem como ambientes de lazer e sociabilidade e como momento de fortalecimento da idéia de “comunidade surda” e de “cultura surda”.

Para tanto, vemos que a cidade é crucial. Ela é apropriada pelos surdos em diferentes planos estratégicos. Os graus de uso, a formas de mobilidade, a multiplicidade de pontos de encontro, as oportunidades de trabalho, estudo etc. oferecidas pelas diversas escalas urbanas é que vão determinar um maior ou menor campo de trocas, permitindo construir, fortalecer e exibir marcas de identidades que se legitimam na medida em que são assumidas pelos “de dentro” e exibidas para “os de fora”. Assim, é preciso, pois, identificar os *pedaços*, os *circuitos*, os *trajetos*¹³ que constituem diversas modulações ou gradações do espaço público onde se pode perceber a construção de múltiplas identidades – em contraste com o confinamento do espaço privado, que dificilmente consegue fazer a passagem do estigma, negativo, para a marca de pertencimento, positiva.

Foi a partir dessas primeiras experiências que a equipe de pesquisadores do NAU voltada para o campo da surdez teve acesso a outros espaços de encontro e socialização, como os cultos religiosos, as manifestações políticas no espaço público, os congressos relacionados à surdez sobretudo de pedagogia e lingüística, os encontros em pontos de lazer da cidades, apresentações teatrais em escolas e igrejas etc. Atualmente, nossa etnografia tem tentado analisar as relações, passagens, conflitos e trocas entre os diferentes pólos de produção de significados para a surdez. Observamos ambientes nos quais discussões políticas são realizadas, o que representa para nós a amplitude dos saberes que envolvem a questão. Observamos também as formas como igrejas evangélicas e católicas constituem espaços de sociabilidade para os surdos. Em cada um desses contextos, novas pistas se abrem para a reflexão do tema. As primeiras incursões nesse terreno abriram um campo novo, desafiador. O exercício de resgatar neste texto as experiências das primeiras incursões é válido como registro das primeiras impressões que com o tempo são resolvidas, esquecidas ou subsumidas em outras, mais específicas à medida que as análises prosseguem.

¹³ E que se abrem para além dos limites de uma cidade, instaurando redes e fluxos mais amplos.

Considerações finais

As festas juninas ofereceram o primeiro contato sistemático com a “comunidade surda”, representada pelo uso e pela troca em libras. E podemos dizer que o uso da libras e a forma como brincadeiras são apropriadas através de seu uso, particulariza até mesmo as mais corriqueiras atividades de lazer. O artigo, construído com base nas primeiras idas a campo, nos primeiros contatos com surdos e instituições para surdos na cidade de São Paulo, revela a surpresa e o deslumbramento de um campo novo. As indagações suscitadas em 2002 trouxeram questões de interesse que apenas agora começam a ser vislumbradas. Com o final dessa primeira fase de etnografias percebemos que tínhamos chegado ao momento de iniciar uma outra etapa na pesquisa. Terminara a fase do encantamento e do estranhamento, do novo e do exótico representados pela descoberta desses outros atores sociais na cidade que, até então, permaneceram invisíveis ao nosso “atento” olhar antropológico. Aquele primeiro contato nos revelou que o aprendizado da libras tornar-se-ia uma condição fundamental para a compreensão das diversidades que constituem esse campo de análise.

Com relação aos atores etnografados nessas festas, o que poderia parecer um bloco homogêneo e indistinto – os surdos em suas festas – na verdade revelou uma notável heterogeneidade. Lá estavam todas as nuances: surdos usuários da libras, surdos oralizados (usuários do português), surdocegos, surdos implantados, familiares, professores, intérpretes, pesquisadores, religiosos etc. Todos esses atores se interconectam, fazem escolhas, percorrem *trajetos* cujas diferenças são evidenciadas pelas circunstâncias em que ocorrem.

As escolas especiais ocupam um local de destaque no calendário dos surdos na cidade de São Paulo. Tal constatação aparece não somente por causa amplitude das festas juninas, mas também por causa da realização das feiras de arte e ciências, das comemorações do Dia Nacional dos Surdos (26 de setembro) e dos campeonatos esportivos que integram escolas para surdos e para ouvintes. Se existe alguma agência que pode receber o título de grande propiciadora de mecanismos que permitem aos surdos realizar encontros para unificar um discurso sobre “comunidade”, “cultura” e “identidade”, essa agência está necessariamente associada às

escolas. Elas acabam por permitir a construção de uma memória coletiva e de um ciclo que extrapolam o imediatismo das festas.

Nossa pesquisa começa agora a desvendar alguns caminhos de interesse, não apenas para o entendimento da surdez e suas instituições, mas também para o entendimento da própria cidade enquanto espaço público. A cidade aparece como palco central onde os surdos estabelecem seus *circuitos* e recortam seus *trajetos*. O modo como esses agentes se apropriam da cidade inaugura diferentes dinâmicas que favorecem, impedem ou ampliam as alternativas de encontro, de sociabilidade e de trocas.

O que parece ser tão “natural” em qualquer festa revela, assim, aspectos políticos da constituição de atores sociais em sua complexa dinâmica no contexto da metrópole. Integrada a um grupo interdisciplinar na USP, a pesquisa segue, no Núcleo de Antropologia Urbana (NAU), em contato com pesquisadores do Departamento de Lingüística. A fase atual se caracteriza por estudos mais específicos de temas e objetos identificados ao longo do importante *circuito* formado por instituições religiosas diferenciadas e suas múltiplas atividades voltadas para os surdos.

Referências Bibliográficas

- ASSIS SILVA, César Augusto; TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. “Cultura ou doença?: análise comparativa da polissemia do signo surdez em duas experiências religiosas de matriz protestante”. In: RAM-REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOCUL. *Anais...* Porto Alegre, 22 a 25 jul. 2007. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras iniciações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- CAPOVILLA, Fernando; RAFAEL, Walkiria. *Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe de Libras*. São Paulo: Edusp, 2001. 2 v.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. *Cadernos de Campo: Revista dos Alunos de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP*, São Paulo, v. 14, n. 13, 2005.
- KLIMA, Edward; BELLUGI, Ursula. *The signs of language*. Cambridge/MA: Harvard University Press, 1979.
- LANE, Harlan. *When the mind hears: a history of the deaf*. New York: Random House, 1984.
- LANE, H.; HOFFMEISTER, R.; BAHAN, B. *A journey into the deaf-word*. San Diego/CA: Dawn Sign Press, 1996.
- LATOUR, Bruno. *Reassembling the Social: an introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

- LIDDELL, S. K. *Grammar, Gesture and Meaning in American Sign Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- LIDDELL, S. K.; JOHNSON, R. E. "American Sign Language: The phonological base". In: *Sign Language Studies*, n. 64, 1989.
- MAGNANI, José Guilherme C. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- _____. "De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, 2002.
- _____. "Vai ter música?": uma aproximação etnográfica às festas juninas de jovens surdos na cidade de São Paulo". In: *Ponto Urbe – Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP*, v. 1, n. 1. Disponível em: <http://www.n-a-u.org>, 2007.
- _____. O (velho e bom) caderno de campo. *Revista Sexta-Feira*, n. 1, maio 1997.
- MAGNANI, José Guilherme C.; TORRES, Lilian de Lucca (Orgs.). *Na metrópole*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2000.
- MARCUS, George. "Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial." In: *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 34, 1991.
- MEC – Ministério da Educação. *Minuta do Processo de Regulamentação da Lei de Libras*. Brasília, 2002.
- MOURA, Maria Cecília de. *O surdo: caminhos para uma nova identidade*. São Paulo: PUC, 2001.
- PADDEN, Carol. "The deaf community and the culture of deaf people". In: WILCOX, S. (Ed.). *American Deaf Culture: an anthology*. Burtonsville/MD: Lindtok Press, 1989.
- RABINOW, Paul. "Artificialidade e iluminismo: da sociobiologia à biosociabilidade". In: *Antropologia da razão*, Rio de Janeiro, 1995.
- SACKS, Oliver. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SKLIAR, Carlos (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2000.
- STOKOE, W. *Sign Language structure*. Silver Spring/Maryland: Linstok Press, 1960.
- TURNER, Graham H. "How is deaf culture? Another perspective on a fundamental concept". In: *Sign Language Studies*, v. 83, 1994.
- TYLOR, Edward B. *Researches into the Early History of Mankind and the Development of civilization*. London: John Murray, 1870.
- WILCOX, S.; WILCOX, P. *Aprender a ver*. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2005.